



## **TERMO DE REFERÊNCIA: SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Contratação de empresa(s) de engenharia para execução de serviços comuns de engenharia para Dependências da NAV Brasil (DNB)

Documento: TR 001/DSMI/2025  
DOCUMENTO DE CONTROLE TÉCNICO: GE.01/100.082/000011/00

INSTALAÇÃO: <b>DNB(s) – NAV BRASIL</b>	Nº DO DOCUMENTO: <b>001/DSMI/2025</b> <b>GE.01/100.082/000011/00</b>	REV.: <b>C</b>	FOLHAS: <b>36</b>
---	--	-------------------	----------------------

TÍTULO DO DOCUMENTO			
<b>TERMO DE REFERÊNCIA: SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>			

PROJETISTA/CONTRATADA

**Não Aplicável**

## CONTROLE DE REVISÕES

REVISÕES	ORIGINAL	A	B	C	D
DATA	27/03/2025	06/06/2025	14/07/2025	17/09/2025	
ELABORADOR	CARRIÇO	CARRIÇO	CARRIÇO	CARRIÇO	
VALIDADOR	VICTOR	VICTOR	VICTOR	VICTOR	
APROVADO	THIAGO	THIAGO	THIAGO	THIAGO	

[illegible]

## SUMÁRIO

1.	A DESCRIÇÃO DO OBJETO .....	4
2.	DO OBJETIVO QUE SE PRETENDE ALCANÇAR .....	4
3.	DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA .....	5
4.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO .....	5
5.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	6
6.	DA JUSTIFICATIVA PARA A DIVISÃO DO OBJETO EM GRUPOS OU PARCELAS .....	7
7.	DO LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO .....	7
8.	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO .....	7
9.	DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	7
10.	DO REGIME DE EXECUÇÃO .....	8
11.	DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	8
12.	DAS REGRAS RELATIVAS AO RECEBIMENTO DO OBJETO .....	10
13.	DAS REGRAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL .....	13
14.	DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	14
15.	DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DE CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA .....	15
16.	DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO .....	18
17.	DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	18
18.	DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA .....	19
19.	DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REAJUSTE) .....	19
20.	DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO .....	20
21.	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....	21
22.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE .....	21
23.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	23
24.	DA SUBCONTRATAÇÃO .....	26
25.	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) .....	26
26.	DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS .....	27
27.	DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS .....	27
28.	DA MATRIZ DE RISCOS .....	27
29.	DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA .....	28
30.	DA GARANTIA DA EXECUÇÃO .....	28
31.	DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL .....	29
32.	DA RESCISÃO .....	29
33.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	29
34.	DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS .....	32
35.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	32
36.	DOS ANEXOS .....	32
37.	DA DECLARAÇÃO DE COMPLETUDE .....	33

## 1. A DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção corretiva em Dependências da NAV Brasil, executados conforme demanda, por meio de Registro de Preços.

1.2. Este documento estabelece as condições, quantidades e exigências para esta contratação. A Tabela 1 apresenta o código CATSER de enquadramento dos serviços.

ITEM	CATSER	Descrição	Quantidade	Prazo de contratação
1	22225	Serviços comuns de engenharia para manter e revitalização edificações.	Conforme tabela de quantidades e por tipo de serviço	30 meses (vigência)

## 2. DO OBJETIVO QUE SE PRETENDE ALCANÇAR

2.1. Com esta contratação pretende-se:

2.1.1. Estruturar a execução de serviços de engenharia de natureza comum, definidos por suas especificações, que não demandam projetos prévios e não alteram permanentemente as condições das edificações.

2.1.2. Permitir a ativação desses serviços de maneira mais ágil e menos burocrática.

2.1.3. Atender de forma transversal diferentes DNBs.

2.1.4. Iniciar o atendimento de demandas reprimidas já sinalizadas de modo transversal em diferentes DNBs, conforme o planejamento orçamentário.

2.2. Os serviços listados buscam atender necessidades relacionadas aos principais sistemas prediais, conforme descrito abaixo:

2.2.1. Manutenção do sistema de fornecimento e distribuição de energia elétrica, incluindo reparos em cabos e substituição de componentes.

2.2.2. Proteção de sistemas estruturais, abrangendo pequenos reparos em vigas e pilares e em seus revestimentos de proteção.

2.2.3. Recuperação e ajustes dos sistemas de vedação (esquadrias e vãos), como substituição ou reparos de janelas, portas, e vedação de frestas para garantir a estanqueidade.

2.2.4. Recuperação dos sistemas de cobertura e impermeabilização, incluindo a substituição de telhas danificadas, aplicação de mantas impermeabilizantes e reparos em calhas e rufos.

2.2.5. Manutenção de sistemas hidrossanitários, abrangendo reparos em tubulações, substituição de torneiras e válvulas, e pequenos reparos em caixas d'água e outros reservatórios.

2.2.6. Recuperação, adequação, e revitalização dos sistemas de fechamento (paredes, tetos, forros e divisórias), incluindo serviços como pintura, reposição de elementos, lixamento, e tratamento de trincas e infiltrações.

2.2.7. Manutenção em pisos e materiais de acabamento, como polimento de pisos, substituição de revestimentos danificados, e reparos em rodapés e soleiras.

### 3. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA

3.1. As edificações que abrigam as instalações da NAV Brasil, em sua maioria já se encontram em meia vida, e possuem mais de 10 anos de idade. Nem todas dispõem de sistemas de manutenção preventiva funcionais, o que permite o surgimento de necessidades de adequação e ajuste de natureza corretiva em maior quantidade. São de acesso restrito edificadas em estrutura metálica, concreto armado, alvenaria e estrutura de madeiras.

3.2. Para corrigir esses problemas, melhorar as condições de salubridade das unidades e evitar a ampliação e complexidade dos problemas a ponto de necessitar de obras ou reformas, é essencial uma resposta rápida na prestação dos serviços.

3.3. Grande parte das demandas desta natureza são comuns de engenharia, o que permite que com a descrição e especificação dos itens se possa executá-los, de modo que é possível a realização de registro de preços para estes serviços.

3.4. O registro de preços permite o acionamento de serviços à medida em que se ratifique as necessidades de sua execução e se tenha disponibilidade orçamentária para tanto.

3.5. As quantidades de cada item para cada grupo são estimadas com base na experiência prévia, recorrência de serviços e probabilidade de ocorrência de serviços.

3.6. A adoção da estratégia de registro de preços, seguida pela contratação das empresas é considerada adequada a necessidade apontada, pois permite o atendimento de grande parte das demandas das DNBs através de um processo centralizado.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Este Termo de Referência busca indicar uma lista de serviços comuns de engenharia que apresentam recorrência de solicitações ou que reflitam intervenções em sistemas prediais mais propensos a gerar necessidade de manutenção corretiva.

4.2. Embora não se trate de edificações habitacionais, a Norma de Desempenho das Edificações (ABNT NBR 15575/2023) pode ser considerada uma boa referência para os sistemas prediais a se considerar, sendo eles:

4.2.1. Sistema Estrutural: Inclui a estrutura da edificação, como fundações, pilares, vigas e lajes.

4.2.2. Sistema de Vedações: Abrange paredes internas e externas, divisórias e elementos de fechamento.

4.2.3. Sistema de Cobertura: Refere-se aos telhados e coberturas que protegem a edificação contra intempéries.

- 4.2.4. Sistema Hidrossanitário: Envolve instalações de água fria, água quente, esgoto sanitário e águas pluviais.
- 4.2.5. Sistema de Revestimentos: Inclui revestimentos de pisos, paredes e tetos, tanto internos quanto externos.
- 4.2.6. Sistema de Instalações Elétricas: Abrange toda a infraestrutura elétrica, incluindo fiação, quadros de distribuição e dispositivos de proteção.
- 4.2.7. Sistema de Desempenho Acústico: Envolve soluções para isolamento e absorção acústica, garantindo conforto sonoro.
- 4.2.8. Sistema de Desempenho Térmico: Inclui elementos que contribuem para o conforto térmico da edificação, como isolamento térmico e ventilação.
- 4.3. Os itens de serviço previstos neste processo são descritos no ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO, assim como a sua descrição detalhada, e critérios de aceitação e medição.
- 4.4. Quanto as parcelas de maior relevância, duas considerações devem ser feitas:
  - 4.4.1. Parcela de maior relevância econômica: parcela correspondente a maior alocação de recursos. Neste caso a parcela de maior relevância econômica, considerando que todos os itens objetos deste Termo de Referência sejam executados, são apresentados para cada grupo no Anexo II – ITENS MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA.
  - 4.4.2. Parcela de maior relevância técnica: parcela correspondente a relevância técnica para consecução bem-sucedida do projeto, sendo que neste caso todos os itens possuem igual relevância técnica.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. Trata-se de serviços comuns de engenharia executados de forma indireta, de caráter não continuado, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra e com fornecimento de todos os materiais e insumos necessários à sua realização.
- 5.2. Os fornecedores deverão atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos e cumprir todos os requisitos para participar do certame, desde o credenciamento no Portal Compras Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado para o envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.
- 5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 5.4. A disputa se dará através de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, observada a preferência prevista no artigo 5º, item I do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil.
- 5.5. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global por grupo, devendo a LICITANTE observar que desvios nos preços unitários dos itens apresentados em proposta, seja por

superar os valores de referência, seja por indicar a possibilidade de inexecutabilidade, também podem inviabilizar a aceitação da proposta apresentada.

5.6. Ambas as partes, CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO, deverão realizar e validar medições dos serviços executados conforme o regramento estabelecido nos termos deste Termo de Referência, do EDITAL e do CONTRATO.

5.7. As regras de desempate entre propostas serão as discriminadas no edital.

5.8. Esta contratação possui prazo previsto inferior a 5 anos, não demanda realização de prova de conceito e não exige pré-qualificação permanente, portanto não enseja justificativas adicionais.

## 6. DA JUSTIFICATIVA PARA A DIVISÃO DO OBJETO EM GRUPOS OU PARCELAS

6.1. O objeto a ser contratado será dividido em grupos por unidade da federação, buscando-se com isso de um lado obter um número razoável de fornecedores, os quais a administração da NAV Brasil seja capaz com a sua equipe atual de gerenciar, e de outro permitir a atuação de fornecedores com abrangência de atuação regional dentro de cada Estado, permitindo a competição e evitando a limitação a somente empresas de atuação nacional.

6.2. Assim, o escopo dos serviços objetos deste Termo de Referência compõe 23 grupos, estes correspondentes a cada Estado da federação em que a NAV Brasil possui alguma Dependência.

6.3. Em cada grupo não haverá divisão em parcelas, possibilitando a interlocução com menos empresas fornecedoras, mitigando eventual conflito entre diferentes empresas atuando simultaneamente na mesma Dependência, e de outro lado garantindo a competição regional e a atuação mais generalista, condizente com serviços desta natureza, nas diferentes disciplinas.

## 7. DO LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO

7.1. Os serviços contratados em decorrência desse processo de contratação, poderão ser executados, respeitando os itens e quantidades de cada grupo, nas dependências da NAV Brasil listadas no Anexo XII.

## 8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogado, por interesse das partes por igual período.

8.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 30 (trinta) meses contados a partir de suas assinaturas, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, mediante condições previstas no Termo de Contrato.

## 9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de execução dos objetos contratados será definido a cada Ordem de Serviço (a depender do escopo solicitado), entretanto sendo estes limitados a vigência contratual.



## 10. DO REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, respeitadas as quantidades estabelecidas a cada Ordem de Serviço.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. A aferição mensal da execução para fins de pagamento considerará duas etapas: (i) Medição e (ii) Pagamento.

11.2. Para etapa de medição os seguintes critérios deverão ser observados:

11.2.1. Cumprir integralmente o critério de aceitação dos serviços como concluídos, indicados no ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO, para cada um dos serviços que comporão a medição.

11.2.2. Ter sido concluído integralmente dentro do período de medição, que para efeito desta contratação, terá início no primeiro dia de cada mês ou na data de emissão da Ordem de Serviço, e fim no último dia de cada mês ou na aceitação da execução do último serviço contratado.

11.2.3. A cada Ordem de Serviço, serão apresentados os serviços admitidos para execução e quantidades estimadas, para os quais qualquer alteração somente poderá ocorrer mediante a aprovação da fiscalização.

11.2.4. A lista de serviços apresentada a cada Ordem de Serviço deverá ser utilizada como referência para a medição.

11.3. Para etapa de pagamento os seguintes critérios deverão ser observados:

11.3.1. A fiscalização deverá avaliar o desempenho executivo da CONTRATADA aplicando os critérios estabelecidos no ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR).

a) Os critérios de qualidade quando não atingidos redimensionarão o pagamento a ser realizado para a Contratada, depreciando o valor de sua medição.

11.3.2. O pagamento ocorrerá de forma parcelada, mensalmente, por meio da efetivação da medição dos serviços executados.

11.3.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal, contendo o detalhamento dos serviços executados.

11.3.4. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento parcial ou definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

11.3.5. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado (conforme procedimento de medição, a CONTRATADA somente poderá emitir as notas de faturamento sobre os valores constantes nos termos de recebimento).

11.3.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período de prestação dos serviços;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.3.8. Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor, se aplicável.

11.3.9. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- a) Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- c) Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- e) Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- 11.3.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público vinculado a entidade contratante.
- 11.3.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.3.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

**EM** = Encargos moratórios.

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. DAS REGRAS RELATIVAS AO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os períodos de medição deverão seguir o regramento específico de cada contrato, e dependerão do volume de serviços solicitados a cada Ordem de Serviço.

12.2. Para Ordens de Serviço exequíveis em menos de 45 dias, para isso constando o planejamento estimado da execução na emissão deste documento, será realizado pagamento único após a conclusão dos serviços.

12.3. Para os demais serviços serão realizados processos de medição mensais considerando a execução parcial dos serviços.

12.4. Os períodos de medição terão início sempre no dia primeiro de cada mês, ou na data de emissão da Ordem de Serviço (OS), relativo ao primeiro mês de execução.

- 12.5. A administração dos serviços deverá ser gerenciada por engenheiro da empresa contratada, devidamente cadastrado no respectivo CREA do estado, que conduzirá diretamente a execução dos serviços, assessorado por um encarregado geral e por outros elementos que se fizerem necessários.
- 12.6. A contratada deverá providenciar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço junto ao CREA do respectivo estado correspondente ao grupo dos serviços.
- 12.7. O pagamento da 1ª medição ficará condicionado a apresentação pela contratada desta ART.
- 12.8. Os períodos de medição serão encerrados no último dia de cada mês, ou na data de emissão do termo de encerramento para o último dia de execução das atividades.
- 12.9. A critério da fiscalização e em conjunto com o representante legal da contratada, devido a data da Ordem de Serviço, a primeira medição, por não ter tempo hábil, para cumprir os prazos mínimos dos tramites de medição / aprovação / pagamento, poderá ser acumulada para o mês subsequente.
- 12.10. O ANEXO IV – MODELO DE BMS E TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL, apresenta o modelo de documentação necessária a ser preenchida pela CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO para cumprir os requisitos necessários a liberação, autorização, faturamento e consequente pagamento.
- 12.11. Após o encerramento do período mensal de medição, os seguintes eventos deverão ocorrer:
- 12.11.1. A CONTRATADA deverá preencher a primeira parte da planilha correspondente ao Boletim de Medição de Serviços (BMS), apresentado no ANEXO VI – MODELO DE BMS E TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL, a ser enviada para a FISCALIZAÇÃO acompanhada de todos os documentos comprobatórios necessários para a liberação da medição, como Memoria de Cálculo, Relatório fotográfico, certificados de garantias (quando houver), entre outros que se fizerem necessários. Deverá ser encaminhado em planilha editável e em PDF assinado **até o dia 5 (cinco) do mês subsequente** ao período de medição.
- a) O não envio do BMS assinado implicará em atraso proporcional do processo de pagamento, e permite a FISCALIZAÇÃO, por sua liberalidade, assumir que a CONTRATADA se eximiu da responsabilidade do pleito de medição para os serviços concluídos, incorrendo em falta contratual.
  - b) Por esta razão, a FISCALIZAÇÃO pode efetivamente medir os serviços unilateralmente, a fim de mitigar a geração de passivos, emitindo o TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL, segunda parte do ANEXO IV – MODELO DE BMS E TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL, até o **décimo quinto dia do mês subsequente** ao período de medição.
  - c) O não envio dos documentos comprobatórios da medição e do adimplemento de obrigações contratuais, (Certidões ou Site de Confirmação governamental além do SICAF) impede a autorização para faturamento.
- 12.11.2. A FISCALIZAÇÃO deverá concluir o TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL, segunda parte do ANEXO IV – MODELO DE BMS E TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL, aplicando caso necessário, glosas eventuais e justificando-as. O documento deverá ser emitido **até o décimo quinto dia do mês subsequente** ao período de medição.

- a) Em conjunto com o TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL deverá ser emitido o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO E RESULTADOS (IMR), aplicação de critérios de avaliação da qualidade de adimplemento no período, cuja alíquota de desconto, caso ocorra, já deverá ser aplicada ao valor da medição apresentado a CONTRATADA.

12.11.3. Todos os pleitos e discordâncias da CONTRATADA deverão ser discutidos, justificados e ponderados até o encerramento da medição subsequente, permitindo assim o seu pagamento.

- a) Para a medição final, fica estabelecido o prazo de 30 dias para que este alinhamento seja concluído.
- b) Todos os pleitos de medição, apresentados pela CONTRATADA nesta fase, deverão estar devidamente justificados e serão avaliados pela FISCALIZAÇÃO até o fim do prazo para a avaliação da medição subsequente.

12.12. O processo de medição deverá seguir as etapas e prazos apresentados na Figura 1.

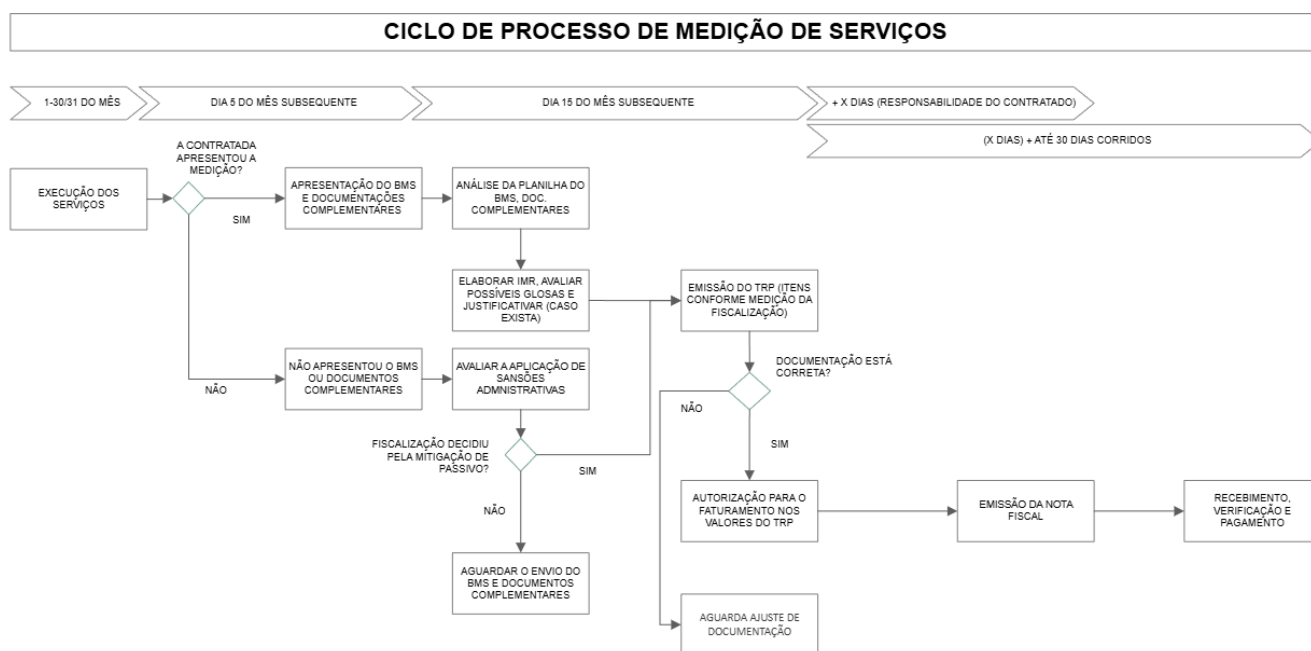


Figura 1 – Etapas do processo de medição ao faturamento.

12.13. . A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento parcial do objeto contratual, nos termos abaixo:

- 12.13.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 12.13.2. O recebimento parcial será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através do preenchimento e assinatura da parte correspondente ao boletim de medição.

12.13.3. Para efeito de recebimento parcial, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.14. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Parcial.

12.15. Com a emissão do Termo de Recebimento Parcial e validação de todos os documentos comprobatórios de medição e conformidade para o pagamento, a contratada fica autorizada a emitir a nota fiscal referente a medição aprovada.

12.16. Ao término da execução dos serviços a FISCALIZAÇÃO deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo, que considerará todos os itens de serviço executados.

12.17. O recebimento parcial ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

12.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### 13. DAS REGRAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as legislações aplicáveis, de modo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s).

13.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.5.1. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6.1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.7. Deverá ser promovido o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

13.7.1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.8.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

13.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9.1. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

13.10.1. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

#### 14. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

14.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de todos os encargos e impostos decorrentes da realização dos serviços.

14.2. A proposta a ser enviada deve considerar todas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, fardamentos/uniformes, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e taxas, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

14.3. Deverão ser utilizados na contratação profissionais habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14.4. Na apresentação da proposta, o licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

14.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

14.6. O licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, conforme modelo apresentado no ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS.

## 15. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DE CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA.

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem comprovados são:

15.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante;

15.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; e

b) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

15.2.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das fórmulas previstas no edital;

15.2.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

15.2.5. Justificam-se as exigências acima mencionadas, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos



encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração dela.

15.2.6. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à NAV Brasil a plena execução do objeto contratado.

15.3. **Qualificação Técnico-Operacional:** A comprovação da qualificação técnico-operacional da licitante dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos e requisitos:

15.3.1. **Registro Profissional:** Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região à qual estiver vinculada, com a devida validade e regularidade.

15.3.2. **Atestados de Capacidade Técnica:** Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante. Tais atestados deverão comprovar a execução de serviços de engenharia similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços considerados de maior relevância econômica dos respectivos grupos pretendidos.

- a) Itens de Comprovação: A maior relevância econômica é definida pelos itens da Curva A de serviços, conforme detalhado no Anexo II – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA.
- b) Percentual de Comprovação: Em virtude da quantidade de itens relacionados a este processo e de sua similaridade e complementaridade inerentes, entende-se pela não eleição de itens de maior relevância técnica específica. Desta forma, exige-se a comprovação de 50% (cinquenta por cento) da quantidade prevista de ao menos um dos itens que constem na Curva A de serviço.
- c) Substituição: Os atestados poderão ser substituídos pelas respectivas Certidões de Acervo Operacional (CAO), regularmente emitidas pelo conselho profissional competente do estado correspondente a cada grupo.

15.3.3. **Regras de Composição:**

- a) Somatória: Admite-se a somatória de atestados para a composição das quantidades requeridas.
- b) Restrição à Somatória: Não será permitida a soma de quantidades correspondentes a itens de naturezas distintas (ou seja, de diferentes códigos/descrições de serviço, exceto se houver similaridade ou equivalência técnica expressamente admitida).
- c) Abrangência: Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

15.3.4. **Validade dos Atestados:** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto no caso de contratos firmados para serem executados em prazo inferior.

**15.4. Qualificação Técnico-Profissional:** A comprovação da qualificação técnico-profissional será realizada mediante a apresentação dos seguintes elementos:

**15.4.1. Profissional Responsável Técnico (RT):** A licitante deverá apresentar profissional(is) detentor(es) de nível superior com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA/CAU), e que possua(m) o seguinte acervo técnico:

- a) **Certidão de Acervo Técnico (CAT):** O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) ser detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) que comprovem a experiência em gerenciamento e/ou execução de serviços de características semelhantes ou equivalentes aos itens indicados no ANEXO II – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA deste Termo de Referência.

Serão aceitas Certidões de Acervo Técnico que, somadas, atinjam o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de ao menos um dos itens indicados no referido Anexo, aceitando-se para este fim quaisquer itens que constem na Curva A de serviço.

- b) **Natureza da Experiência:** A experiência comprovada deverá ser referente a serviços de manutenção predial e/ou obras de reforma predial que contenham, no todo ou em partes, os itens listados no ANEXO II – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA.

**15.4.2. Vínculo e Participação:** O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução dos serviços objeto do contrato, sendo admitida sua substituição somente por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, mediante prévia e expressa aprovação da Administração.

**15.4.3. Declaração de Compromisso:** A indicação do(s) profissional(is) deverá ser acompanhada do Anexo VI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMETIMENTO, devidamente preenchido e assinado.

**15.4.4. Condição de Vínculo e Disponibilidade:** Para fins de comprovação, os profissionais indicados como responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão possuir condições de desempenhar seus trabalhos de forma efetiva no momento da execução contratual, o que será atestado na data da entrega da proposta mediante:

- a) **Sócio ou Administrador:** comprovação de vínculo através de Contrato Social/Estatuto Social.
- b) **Empregado:** comprovação por registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- c) **Prestador de Serviços:** comprovação por contrato de prestação de serviços escrito firmado com a licitante, ou por declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

**15.4.5. Momento da Comprovação:** A exigência de indicação do(s) profissional(is) no momento da proposta não se confunde com a comprovação do vínculo contratual definitivo (CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços), cuja apresentação será exigida somente após a assinatura do respectivo contrato.

15.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo responsável conforme modelo apresentado no Anexo V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS.

15.5.1. Este anexo permite que, alternativamente, a licitante declare que compareceu e vistoriou os locais onde serão executados os serviços, conhecendo as condições locais para execução do objeto, ou que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

15.5.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados supramencionados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), e do endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, excetuados os documentos que, em razão de sua natureza, estejam protegidos por sigilo.

## 16. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

16.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a LICITANTE poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por empregado da NAV Brasil designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail: [dsmi.ac@navbrasil.gov.br](mailto:dsmi.ac@navbrasil.gov.br).

16.2. O prazo para tal vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do ato convocatório/edital, estendendo-se até dois dias úteis anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

16.2.1. Para a vistoria, a licitante e/ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

16.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

16.4. A LICITANTE deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme declaração do ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS deste Termo de Referência.

## 17. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A ATA de Registro de Preços será sucedida pela assinatura de contratos de prestação de serviços, cuja minuta consta na documentação apresentada.

17.2. Uma vez firmados contratos de prestação de serviço, a respectiva Comissão de Fiscalização emitirá Ordens de Serviço regrando a sua execução.

17.3. Os serviços apresentados no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO, respeitados os itens e quantidades de cada grupo poderão constar em contratos decorrentes naquilo que for aplicável ao caso concreto.

17.4. A NAV Brasil não estará obrigada a executar integralmente os itens constantes da ATA de Registro de Preços, nem os contratos dela decorrentes.

17.5. Durante a execução dos serviços, quanto a mão de obra empregada, a CONTRATADA, deverá atender aos seguintes requisitos básicos:

17.5.1. Ter idade mínima de 18 anos;

17.5.2. Ter grau de escolaridade de nível compatível com a função a ser desempenhada e de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

17.5.3. Ter capacidade de desenvolver trabalhos em equipes;

17.5.4. Ter princípios de urbanidade, apresentando-se sempre com uniforme completo e limpo;

17.5.5. Possuir capacitação profissional equivalente ao desempenho das atividades para o qual foi contratado e estar regular, quando aplicável, com o respectivo conselho de classe;

17.5.6. Utilizar materiais e equipamentos de forma adequada;

17.5.7. Utilizar equipamentos de proteção individual e de uso coletivo de modo adequado;

17.5.8. Cumprir as normas, regulamentações internas e orientações operacionais de segurança emanadas pela Administração da NAV Brasil.

## 18. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

18.1. Todas as informações técnicas necessárias para o dimensionamento da proposta poderão ser obtidas nos seguintes anexos:

18.1.1. ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO.

18.2. As proponentes deverão apresentar propostas com prazo de validade de 60 dias.

## 19. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REAJUSTE)

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis pelo prazo de 1 (um) ano, contados da data do orçamento de referência.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

onde:

$R$  = Valor do reajuste procurado.

$V$  = Valor contratual a ser reajustado.

$I_0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

20.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão mensalmente avaliados pela Fiscalização, por meio do instrumento previsto no ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR), deste Instrumento, quando pactuados os contratos decorrentes e emitidas as respectivas Ordens de Serviço.

20.1.1. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

20.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

20.2. Ao identificar alguma ocorrência na execução do serviço e no cumprimento das obrigações acessórias, o Fiscal comunicará imediatamente à CONTRATADA, com o objetivo de solucionar a situação no prazo mais curto possível.

20.3. As ocorrências serão classificadas em “técnicas” e “administrativas”:

20.3.1. As ocorrências técnicas referem-se à execução do contrato, ou seja, à prestação do serviço em si.

20.3.2. As ocorrências administrativas referem-se ao cumprimento de obrigações acessórias à execução do contrato, a exemplo das obrigações trabalhistas.

20.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes no modelo do ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR), deste Termo de Referência.

20.5. Dentro do prazo estabelecido pela fiscalização, a CONTRATADA deverá comunicar à NAV Brasil quais medidas foram tomadas para que não haja repetição das ocorrências registradas pela Fiscalização.

20.6. Haverá o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

20.6.1. Não produziu os resultados acordados.

20.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

20.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.7. A incidência dos percentuais de desconto sobre a remuneração contratual não possui natureza de sanção contratual. É a medida do não cumprimento contratual. Portanto, diante de um eventual descumprimento contratual, além do desconto sobre a remuneração, a CONTRATADA se sujeita à instauração de processo administrativo destinado a apurar as irregularidades apontadas e, consequentemente, à eventual aplicação de sanções administrativas, na forma contratualmente estabelecida.

## 21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Naquilo que couber, deverão ser adotados critérios de sustentabilidade ambiental na administração dos recursos materiais e humanos relacionados à prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, observando-se as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União (CGU).

21.2. No que for aplicável, deverão ser observadas as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

22.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionário especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



- 22.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 22.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 22.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber.
- 22.6. Nomear gestor e fiscais e definir responsabilidades, para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual.
- 22.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 22.7.1. Exercer o poder de mando sobre os profissionais da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
  - 22.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.
  - 22.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
  - 22.7.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 22.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 22.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 22.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 22.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências ou em local por ela designado.
- 22.12. Colocar à disposição da CONTRATADA toda legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados.
- 22.13. Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados.
- 22.14. Permitir à CONTRATADA o acesso a todas as áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste Termo de Referência.



## 23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.

23.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

23.3. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as notas relativas ao objeto contratado.

23.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à NAV Brasil ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

23.4.1. Deverá também se responsabilizar legal, administrativa, civil e criminalmente pela ordeira execução do serviço contratado, inclusive por todos os atos e omissões que seus profissionais cometerem nas áreas da CONTRATANTE, indenizando a parte prejudicada, se for o caso.

23.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, de modo intransferível à CONTRATANTE.

23.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

23.7. Comprometer-se a não alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

23.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

23.8.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Certidão de regularidade fiscal (CND) federal.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF. e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

23.9. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

23.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de profissional que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

23.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

- 23.11.1. Deverá comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 23.11.2. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 23.11.3. A CONTRATADA deverá responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados.

23.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

23.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

23.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

23.15. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações constantes neste Termo de Referência.

23.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

23.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

23.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

23.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

23.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

23.21. Disponibilizar à CONTRATANTE os profissionais devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

23.22. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

23.23. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

23.24. Determinar e orientar à equipe o cumprimento de todas as instruções e procedimentos estabelecidos e/ou recomendados pela CONTRATANTE, com ordem, disciplina e eficiência.

23.25. Supervisionar e orientar as equipes quanto aos procedimentos adotados para o desempenho correto e postura no cumprimento de suas tarefas.

23.26. Indicar oficialmente à CONTRATANTE um preposto, idôneo e devidamente habilitado, com poderes para representá-la e tomar deliberações em tudo quanto se relacione com a execução do serviço.

23.27. Garantir que seus profissionais mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomem conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, assim como orientar os empregados.

23.28. Os profissionais da CONTRATADA deverão participar de quaisquer treinamentos, palestras ou outra atividade indicada pela CONTRATANTE relacionada com a Segurança Operacional.

23.29. A CONTRATADA deverá providenciar, com antecedência necessária, a credencial de profissional terceirizado, emitida pela CONTRATANTE, para todo o pessoal a ser empregado na realização dos serviços, sendo por sua conta exclusiva as despesas inerentes de tal processo, bem como realizar a devida apresentação de todos os empregados à Fiscalização da CONTRATANTE.

23.29.1. A CONTRATADA deverá devolver as credenciais dos profissionais terceirizados e dos funcionários desligados, no máximo, em até 02 (dois) dias úteis, a contar da data de vencimento/desligamento.

23.29.2. Nos casos de extravio ou perda da credencial de profissional terceirizado, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE solicitação formal de emissão de nova credencial, juntamente com Boletim de Registro de Ocorrência Policial. O prazo para regularização é de 02 (dois) dias úteis.

23.30. Garantir que os funcionários, quando em serviço, portem em local visível e sem obstrução, na altura do peito, a credencial de profissional terceirizado emitida pela CONTRATANTE, mesmo estando uniformizados.

23.31. Garantir que os profissionais contratados possuam formação exigida pela legislação.

23.31.1. O profissional que não possuir a formação exigida pela legislação estará impedido de assumir as funções referentes aos serviços desta contratação.

23.32. O Licitante vencedor se obriga a assinar a declaração de Tratamento de Dados Pessoais (LGPD), apresentada no ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LGPD deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, com vistas a atender a regulamentação relativa à proteção de dados pessoais, previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e na regulamentação pertinente, no que diz respeito ao trato de informações e dados, disponibilizados pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários à execução do objeto do Contrato Original celebrado entre as partes.

23.33. O Licitante vencedor se obriga a assinar a declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil, apresentada no ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE ADESÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA NAV BRASIL deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, a fim de afastar conflito de interesses, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis.

23.34. O Licitante vencedor se obriga a assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo, anexo XII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, a fim de preservar a propriedade da informação.

23.35. Não utilizar a NAV Brasil para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização do fiscal do contrato.

23.36. Garantir que utilizará profissionais habilitados e com conhecimentos básicos de serviços a serem executados, em conformidade com normas e determinações em vigor, e enquadrados nas categorias da Classificação Brasileira de Ocupações correspondentes aos requisitos e entregáveis estabelecidos neste Projeto Básico e em seus anexos.

## 24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a subcontratação do objeto quantos aos itens de maior relevância apresentados para cada grupo no ANEXO II – ITENS MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA.

24.2. Dentre os serviços considerados no escopo não há destaques técnicos relevantes, de modo que a prerrogativa de vedação a subcontratação se aplica aos itens de maior relevância econômica, composições de curva A, com a finalidade de garantir a melhor responsabilização técnica vinculada aos fornecedores, mitigar reincidências fiscais e permitir o melhor gerenciamento da execução dos serviços.

24.3. Para os demais itens será admitida a subcontratação limitada em até 30% do valor total de cada Ordem de Serviço.

24.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24.5. O art. 78 da Lei 13.303/2016 admite que a parte contratada, sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, realize a subcontratação de parte do objeto durante a execução do negócio jurídico, até o limite previamente estabelecido pela parte contratante no instrumento convocatório.

## 25. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

25.1. Será admitida a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), na forma do artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015, que atendam às condições exigidas neste Termo de Referência.

25.2. Deverá ser observado o direito de preferência para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, na forma do artigo 43 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 26. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

26.1. Considerando se tratar de um serviço de engenharia, que demanda responsabilidade técnica e que pressupõe hierarquia nas funções dos profissionais envolvidos, além da necessidade de serviços complementares como a montagem de andaimes e a realização de trabalhos em altura, gerando especificidades ao serviço a ser prestado, entende-se pela não participação de cooperativas.

## 27. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

27.1.1. O presente modelo de contratação exige a prestação de serviços por intermédio de uma única empresa, dada a especificidade técnica e a natureza do objeto, que não demandam a união de expertises distintas ou a conjugação de capacidades para o adequado e integral cumprimento das obrigações contratuais.

27.1.2. A abertura à participação de consórcios apresenta o risco de reduzir o número de proponentes individuais no certame, na medida em que empresas potencialmente concorrentes poderiam se unir para cotar conjuntamente os diferentes grupos do objeto. Tal procedimento resultaria na restrição indevida da competitividade, comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme determina o ordenamento jurídico.

27.1.3. Dessa forma, e considerando o risco real de redução da pluralidade de licitantes e a consequente inviabilização da competição – especialmente em um cenário de número restrito de empresas interessadas no escopo proposto – a vedação à participação de consórcios é justificada e se mostra imprescindível para assegurar o princípio da competitividade e o interesse público neste processo licitatório.

## 28. DA MATRIZ DE RISCOS

28.1. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATANTE, que poderão ensejar termos aditivos à presente contratação:

28.1.1. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como Fato do Príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela CONTRATANTE, que comprovadamente repercute no preço da CONTRATADA; e

28.1.2. Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.

28.2. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATADA, que não poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

28.2.1. Atraso na execução do objeto contratual por culpa da CONTRATADA; e



28.2.2. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução do objeto contratado.

28.3. Além dos riscos previstos supramencionados, constituem riscos suportados pelas partes, em especial aqueles previstos na Matriz de Riscos, ANEXO X - MATRIZ DE RISCO, deste Termo de Referência.";

## 29. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

29.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 30. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

30.1. Para cada contrato decorrente deste processo de contratação a CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

30.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

30.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

30.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

30.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

30.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

30.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

30.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

30.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

30.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica a ser informada pela NAV Brasil após a assinatura do contrato, com correção monetária.

- 30.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 30.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 30.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 30.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 30.9. Será considerada extinta a garantia:
- 30.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
  - 30.9.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.
- 30.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 30.11. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 31. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 31.1. As condições para a alteração contratual estabelecidas conforme o teor do art. 81, da Lei nº 13.303/2016, serão estabelecidas na Minuta de Termo de Contrato.

## 32. DA RESCISÃO

- 32.1. As hipóteses de rescisão deverão ser contempladas no Termo de Contrato.

## 33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 33.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a CONTRATADA que:
- 33.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
  - 33.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.
  - 33.1.3. Fraudar na execução do contrato.
  - 33.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.



33.1.5. Cometer fraude fiscal.

33.1.6. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

33.2. Em caso de ocorrência de quaisquer infrações supracitadas, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pela NAV Brasil ou de inobservância de qualquer obrigação legal, normativa ou contratual bem como em caso de mora, sem motivo justificado, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as penalidades descritas neste Termo de Referência.

33.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

33.2.2. Multa:

- a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor deste Contrato em caso de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias corridos; e
- b) compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do ajuste ou por dar causa à sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a CONTRATANTE por perdas e danos.

33.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência, bem como naquelas elencadas no art. 84 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC; e

33.2.4. O atraso na execução dos serviços superior a 15 (quinze) dias poderá configurar, a critério da FISCALIZAÇÃO, hipótese de rescisão unilateral do Contrato, sem prejuízo da aplicação de multa moratória convertida em compensatória, conforme previsto neste Termo de Referência.

33.3. A Contratada poderá responder por perdas e danos ocasionados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do Contrato, independentemente de culpa ou dolo, não excluída ou reduzida essa responsabilidade em virtude da presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela Contratante;

33.3.1. As perdas e danos serão apuradas em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

33.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 à CONTRATADA que:

33.4.1. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

33.4.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

33.4.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização

em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e/ou

33.4.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

33.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto entre si ou com outras penalidades aqui previstas:

33.5.1. Deve ser garantido o contraditório e a ampla defesa na aplicação das sanções administrativas, mediante concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

33.5.2. Da decisão de que resulte a aplicação das penalidades, cabe recurso à autoridade decisória superior à que proferiu o ato impugnado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão ou da lavratura da ata.

33.5.3. As hipóteses de penalidades previstas neste Item não impedem ou não excluem o emprego do regramento previsto na Lei nº 12.846/2013, podendo, inclusive, ocorrer a aplicação concomitante de penalidades.

33.6. A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação correspondente, para apresentar defesa prévia;

33.6.1. Nos casos em que a falta imputada ao licitante ou contratado seja qualificada como atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme o art. 5º da Lei nº 12.846/2013, o processo administrativo deverá seguir as regras da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015

33.7. O somatório de todas as multas aplicadas estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato durante toda a vigência contratual;

33.8. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do primeiro pagamento que a CONTRATADA fizer jus;

33.9. Caso o crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido da garantia contratual ou cobrado por meio do competente processo judicial;

33.10. As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

33.11. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as de multa, em consonância com o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016;

33.12. A aplicação das sanções administrativas tratadas neste Termo de Referência será precedida do correspondente processo administrativo de apuração de irregularidades, no qual será assegurado à Contratada, em qualquer hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa;

33.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, as empresas ou profissionais que:

33.13.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 33.13.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e/ou
- 33.13.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com esta Empresa Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

#### 34. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

34.1. O custo estimado da contratação (valor de referência) permanecerá sigiloso, com amparo no art. 34, caput, da Lei nº 13.303/2016, corroborado no art. 6º, caput, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil, instituído pelo Ato Normativo nº SEDE-ANO-2023/00009, de 12 de maio de 2023. publicado no D.O.U. em 18 de maio de 2023, Edição:94, Seção 1, Página 12.

34.2. A NAV Brasil apresenta uma planilha de preços em branco para o preenchimento das licitantes no ANEXO XI - PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES.

#### 35. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

35.1. Os serviços a serem prestados em decorrência deste processo alinham-se as iniciativas estratégicas 3.1.3 e 3.1.4;

35.2. Os recursos orçamentários a serem utilizados para a contratação está alocada no centro de custo 201309 e na conta contábil 132260016, decorrente do presente objeto encontram-se previstos na Ação 41.01, imobilizado em andamento, alocada no exercício de 2025 do Plano Plurianual;

35.3. Ademais, a contratação objeto deste Estudo encontra-se devidamente originalmente previstas em processos isolados a serem contratados por DLS no PCA de 2025, somente para algumas DNBs entre os itens 19 e 39 do Anexo IV - Novas Contratações, do Plano de Contratações Anual 2025, com a continuidade do contrato em 2026 foram previstos e cadastrados itens correspondentes no PCA de 2026. Conforme preconiza as diretrizes da Resolução CGPAR nº 45/2022.

#### 36. DOS ANEXOS

- 36.1. ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO.
- 36.2. ANEXO II - ITENS MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA.
- 36.3. ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR).
- 36.4. ANEXO IV - MODELO DE BMS E TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL.
- 36.5. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS.
- 36.6. ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMETIMENTO.
- 36.7. ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LGPD
- 36.8. ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ADESÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA NAV BRASIL.

36.9. ANEXO IX – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

36.10. ANEXO X – MATRIZ DE RISCO.

36.11. ANEXO XI - PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES

36.12. ANEXO XII – TABELA DE ENDEREÇO DOS GRUPOS

### 37. DA DECLARAÇÃO DE COMPLETUDE

37.1. A equipe de Planejamento nomeada pelo Ato Administrativo nº SD-AAA-2025/00516, de 22 de agosto de 2025, atesta a completude e a suficiência deste Termo de Referência para perfeita execução do objeto contratual, de acordo com inciso II, do art. 34, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC e do inciso VIII, do art. 42, da Lei nº 13.303/2016.

Colaboraram para a elaboração deste documento e seus anexos os seguintes membros:

INTEGRANTE (ELABORADOR)	INTEGRANTE (VALIDADOR)	INTEGRANTE (APROVADOR)
Idinário de Freitas Carriço Matrícula: 1893106 Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.	Victor César Monteiro Lima Matrícula: 1906912 Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.	Thiago Brito de Mattos Matrícula: 1909903 Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.
Assinaturas realizadas eletronicamente via plataforma SIGA NAV Brasil		

37.2. Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade.

#### AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA ÁREA DEMANDANTE

\_\_\_\_\_  
Marcelo Moraes de Oliveira  
**Matrícula: 18892-89**  
Diretor de Serviços

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.